



GERAÇÃO CIII S.A.

CNPJ nº 08.274.591/0001-05 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

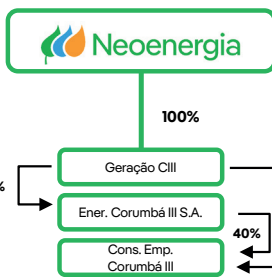
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,
Ao apresentar os resultados de 2024, a Geração CIII S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. GERAÇÃO III

A Geração CIII S.A. ("GERAÇÃO CIII") é uma Companhia de capital fechado estabelecida em 31 de julho de 2006, controlada 100% pela Neoenergia, com sede no Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar os sistemas de produção e/ou geração de energia elétrica da UHE Corumbá III, assim como sistemas de transmissão, transformação, distribuição, comercialização de interesse restrito da UHE Corumbá III, bem como serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, (ii) prestação de serviços de operação e manutenção, assistência técnica, reparos e construção de sistemas relativos à atividade relacionada à produção e/ou geração, distribuição e transmissão de energia elétrica e desenvolvimento de sistemas de energia elétrica e similares de interesse restrito da UHE Corumbá III; (iii) elaborar projetos técnicos na área de energia e correlatos de interesse restrito da UHE Corumbá III; (iv) organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e (v) exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e possui participação de 60% no Consórcio Corumbá III e 25% na Energética Corumbá III que opera a UHE Corumbá III, localizada no estado de Goiás.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Corumbá III é uma usina hidroelétrica instalada no rio Corumbá, no estado de Goiás. A usina possui duas unidades geradoras com turbinas Francis verticais: uma com 47,80 MW e outra com 48,64 MW, totalizando 96,45 MW de potência instalada. O contrato de concessão termina em 22/04/2040. Em 2024, a usina gerou um montante bruto de 296.788 MWh. O índice de disponibilidade acumulada anual foi de 99,70%, enquanto a disponibilidade acumulada em 60 meses atingiu 98,34%, ambas acima do valor de referência de 94,58%. Além disso, o índice de confiabilidade foi de 99,82%.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2024	2023	Variação %
Receita Operacional Bruta	116.239	119.914	(3,06)
Receita Operacional Líquida	103.040	106.750	(3,48)
Margem Operacional Líquida	76.062	75.675	0,51
EBITDA	92.907	92.158	0,81
Resultado Financeiro	(305)	748	(140,78)
Lucro Líquido	65.901	64.495	2,18
Margem Operacional (%)	73,82%	70,89%	2,93
Margem EBITDA (%)	90,17%	86,53%	3,84
Margem Líquida (%)	63,96%	60,42%	3,54

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽¹⁾	dez/24	dez/23	Variação %
Ativo Total	393.203	417.099	(5,73)
Patrimônio Líquido	304.503	330.993	(8,00)

⁽²⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2024	2023	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro líquido (A)	65.901	64.495	1.406	2,18
Receitas financeiras (B)	3.445	3.732	(287)	(7,69)
Despesas financeiras (C)	(3.594)	(1.949)	(1.645)	84,40
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	(156)	(1.035)	879	(84,93)
IR e CSLL (E)	(18.053)	(18.194)	141	(0,77)
Depreciação (F)	(8.348)	(9.917)	1.569	(15,82)
Amortização de ágio (G)	(300)	(300)	-	-
EBITDA = (A-B+C+D+E+F+G)	92.907	92.158	749	0,81

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

4. ENDIVIDAMENTO

A Companhia não possui compromissos de dívida com terceiros.

5. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores independentes (Deloitte), firmado em 30/12/2021 e prazo de 60 meses. Em 2024, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 75.398 referentes à auditoria das demonstrações financeiras, dos quais R\$ 68.032 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras e R\$ 7.367 referem-se a relatório de asseguração limitada sobre Covenants.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Geração CIII S.A. ("Geração CIII"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade de Geração CIII e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita de Geração CIII. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções de Geração CIII sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Receita operacional, líquida	3	103.040	106.750
Custos		(26.978)	(31.074)
Custos com energia elétrica	4	(12.832)	(13.179)
Custos de operação	5	(14.146)	(17.895)
Lucro bruto		76.062	75.676
Outras despesas gerais e administrativas	5	(3.701)	(4.524)
Equivalência Patrimonial		11.898	10.782
Lucro operacional		84.259	81.941
Resultado financeiro	6	(305)	748
Receitas financeiras		3.445	3.732
Despesas financeiras		(3.594)	(1.949)
Outros resultados financeiros, líquidos		(156)	(1.035)
Lucro antes dos tributos		83.954	82.689
Tributos sobre o lucro	7.1.1	(18.053)	(18.194)
Corrente		(15.759)	(15.659)
Diferido		(2.294)	(2.535)
Lucro líquido do exercício		65.901	64.495

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	65.901	64.495
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	-	-
Resultado abrangente do exercício	65.901	64.495

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Geração CIII S.A. ("Geração CIII" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, controlada integralmente pela Neoenergia S.A., constituída em 31 de julho de 2006, com o propósito de participar do Consórcio Empreendedor Corumbá III. O consórcio é formado pela Geração CIII (60%) e pela Energética Corumbá III (40%). Importante ressaltar que a Geração CIII possui ainda 25% de participação na Energética Corumbá III, onde também participam a Companhia Energética de Brasília (CEB) e a Companhia Energética de Goiás (CELGO). A UHE Corumbá III tem capacidade instalada de 96,45MW e iniciou sua operação comercial em outubro de 2009. Sua garantia física é comercializada através de contrato firmado com a Neoenergia Distribuição Brasília S.A. (CEB), com vigência até 2036. Essa energia irá suprir 10% da demanda de Brasília, ocupando um papel estratégico no país: em caso de problemas ou crise no abastecimento de energia, será a UHE Corumbá III a responsável por garantir o abastecimento dos 3 poderes federais no Distrito Federal. O contrato de concessão termina em 22/04/2040. A Companhia vem apresentando constantemente fluxos de caixa positivos gerados por suas atividades operacionais, entretanto em 31 de dezembro de 2024, apresentou capital circulante líquido ("CCL") negativo de R\$ 562. A Companhia prevê que continuará a gerar fluxos de caixa operacionais suficientes para equalizar o CCL negativo a médio prazo. Caso necessário, o acionista controlador se compromete a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações. **1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais:** As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A. em abril de 2024, compostas pelas políticas de riscos corporativos e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no propósito e valores do Grupo Neoenergia. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Neoenergia S.A. é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. **1.1.1 Gestão de riscos financeiros e de mercado:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme política de limites e alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Neoenergia S.A. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: - Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de hedge; - O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do tipo; - Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; - Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto a composição de índices de juros que remunerar carteira de aplicações; - A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de hedge, assim como não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado - Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, ao CDI.	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de commodities metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas, ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. **a) Gestão de risco de mercado:** (i) Risco de taxas de juros e índices de preços: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externo (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros dívida e rendimentos das aplicações financeiras que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. A Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. (ii) Risco de Commodities: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das commodities que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. Commodities metálicas: variações nos preços de commodities metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais	65.901	64.495
Lucro líquido do exercício	65.901	64.495
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	8.348	9.917
Baixa de ativos não circulantes	-	1.156
Resultado de participação societária	(11.898)	(10.789)
Tributos sobre o lucro	18.053	18.194
Resultado financeiro, líquido	305	(748)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	2.596	(2.392)
Fornecedores e contas a pagar	(90)	(2.094)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(14.515)	(14.556)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	1.359	2.458
Outros ativos e passivos, líquidos	(3.165)	9.064
Caixa líquido proveniente das operações	66.894	74.705
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	9.922	9.670
Encargos de dívidas pagos	-	(119)
Rendimento de aplicação financeira	3.611	3.914
Pagamento de juros - Arrendamentos	(62)	(12)
Tributos sobre o lucro pagos	(3.764)	(3.870)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	76.601	84.288
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(10.673)	(25.316)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	-	(5.094)
Resgate de títulos e valores mobiliários	-	7.776
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(10.673)	(22.634)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	-	(6.138)
Depósitos em garantias	-	4.320
Pagamento de principal - Arrendamentos	(138)	(29)
Remuneração paga aos acionistas	(93.439)	(37.285)
Aumento de capital	3.400	-
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(90.177)	(39.132)
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(24.249)	22.522
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	41.772	19.250
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17.523	41.772
Transações que não envolveram caixa:		
Adição e atualização de provisões capitalizadas	(1.138)	(9.209)
Atualização de depósitos judiciais	-	(1.824)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva legal	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	175.075	20.946	36.182	57.989	-	40.801	330.993
Aumento de capital (16.1)	3.400	-	-	-	-	-	3.400
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	65.901	-	65.901
Aprovação de dividendos adicionais (16.2)	-	-	(36.182)	-	-	(40.801)	(76.983)
Destinação do lucro líquido:							
Constituição de reservas de lucros (nota 16.3)	-	3.295	-	-	(3.295)	-	-
Remuneração aos acionistas (16.2)	-	-	-	-	(62.606)	-	(62.606)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	178.475	24.241	-	57.989	-	43.798	304.503
Saldos em 31 de dezembro de 2022	175.075	17.721	36.182	57.989	-	12.909	299.876
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	64.495	-	64.495
Aprovação de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	(12.909)	(12.909)
Destinação do lucro líquido:							
Constituição de reservas de lucros (nota 16.3)	-	3.225	-	-	(3.225)	-	-
Remuneração aos acionistas (nota 16.2)	-	-	-	-	(61.270)	40.801	(20.469)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	175.075	20.946	36.182	57.989	-	40.801	330.993

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia. **Commodities** energéticas: os preços das commodities energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia como demanda e oferta e recursos, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de commodities energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na cobertura de posições compradas e vendidas em aberto e lastro da energia comercializada. **b) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. A Companhia gerencia o risco de liquidez alongando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país. Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos principalmente, mas não se limitando, ao período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por falta de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. **c) Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez. **d) Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou "não performance" de contrapartes. (i) Risco de crédito de contrapartes comerciais: O risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. (ii) Risco de crédito de instituições financeiras: Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo nacionalizados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2024.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	AAA	AAA

1.1.2 Gestão de Riscos Operacionais: a) Riscos regulatórios: Os riscos regulatórios são aqueles provenientes de criação ou alteração nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores sobre as quais o setor elétrico ampara suas operações, tais como mudança no grau de controle das atividades reguladas e condições de fornecimento, ou ainda, sobre a regulamentação ambiental ou fiscal, incluindo os riscos de mudança política que possam afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios em cada jurisdição, a nacionalização ou expropriação de ativos, cancelamento de licenças, descumprimento parcial ou total dos contratos e risco legal ou de fraude. **b) Risco de hidrológico:** O risco de energia vendida pelo negócio de Geração Hidráulica depende das condições hidrológicas dos reservatórios, impactado por questões climáticas. A receita da venda é vinculada à garantia física, cujo volume é determinado pelo Ministério de Minas e Energia. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, reduzindo a geração hidrelétrica devido à sua substituição por fontes térmicas ou à queda do consumo propiciada pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode fazer com que a Companhia



(a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 17/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de deferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2), Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo – que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda – e retro arrendamento (Sale and Leaseback) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado (Reverse factoring), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Para as emendas e normativas listadas acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

(b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10, Créditos de Carbono (CCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (C BIO).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (CCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (C BIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva

A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria.

A IFRS 18 substituirá a IAS 17/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.

IFRS 19 simplifica as exigências de divulgação de entidades que são subsidiárias sem responsabilidade pública, permitindo que estas utilizem as IFRS Accounting Standards para fins de reconhecimento e mensuração, mas com requisitos de divulgação reduzidos.

Essa norma se aplica somente as entidades que: (i) sua controladora consolida as informações aplicando a IFRS 10 Consolidated Financial Statements e disponibiliza a demonstração financeira consolidada para o público geral, e (ii) a entidade não possui títulos e valores mobiliários sendo negociados em mercado, seja bolsa ou balcão.

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos. **2.6 Participação em consórcio:** A Companhia participa com 60% no Consórcio Empreendedor Corumbá, liderado pela Geração CIII, e adotou os seguintes critérios para reconhecimento dessa participação: Os componentes do ativo e do passivo do Consórcio são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia na proporção da sua participação; O resultado foi reconhecido na proporção das receitas e despesas diretamente nas rubricas contábeis da Companhia; Foi procedida a eliminação dos saldos das transações mantidas entre o Consórcio e a Companhia, quando existentes. Os balanços patrimoniais do Consórcio Empreendedor Corumbá, levantados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, e as respectivas demonstrações dos resultados dos exercícios finais naquelas datas, são sumarizados como segue:

	2024	2023
(i) Balanços Patrimoniais		
Circulante	4.167	3.832
Não circulante	488.914	485.476
Ativo	493.081	489.308
Circulante	12.210	9.920
Não circulante	30.226	32.900
Patrimônio líquido	450.645	446.488
Passivo	493.081	489.308

	2024	2023
(ii) Demonstrações de Resultado		
Despesas administrativas	(1.976)	(3.747)
Outras receitas e despesas operacionais	(23.417)	(28.409)
Recuperação de despesas	14.002	18.722
Resultado antes das despesas financeiras líquidas	(11.391)	(13.434)
Despesas financeiras	(1.199)	(1.775)
Prejuízo do exercício	(12.588)	(15.209)

(a) Política contábil: Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto (joint ventures), dependendo dos direitos e obrigações das partes. Enquanto em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. A Companhia classifica os consórcios como operações em conjunto e reconhece os ativos, passivos e as respectivas receitas e despesas limitando-se à sua responsabilidade ("Participação") nestas operações.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2024	2023
Fornecimento de energia	115.924	119.203
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	273	111
Receita operacional bruta	116.239	119.914
Tributos	(10.752)	(10.092)
Encargos setoriais ⁽¹⁾	(2.447)	(2.072)
Receita operacional, líquida	103.040	106.750

(1) Refere-se aos encargos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica (TFSEE) e Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH);

3.1 Política contábil e julgamento crítico: a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de operação de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). b) Estimativas e julgamento crítico: Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do Generation Saling Factor ("GSF") de acordo com as informações disponibilizadas pelo Operadora Nacional do Sistema Elétrico ("ONS").

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2024	2023
Compra para revenda		
Energia adquirida no ambiente de contratação livre – ACL	(9.838)	(9.317)
Energia curto prazo – PLD e MRE	(1.404)	(2.448)
Outros	(32)	(26)
Subtotal	(11.274)	(11.791)
Créditos PIS e COFINS	91	849
Total	(10.363)	(10.942)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica	(13)	(12)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(2.846)	(2.714)
Subtotal	(2.859)	(2.726)
Créditos de PIS e COFINS	390	489
Total	(2.469)	(2.237)
Total dos custos com energia elétrica	(12.832)	(13.179)

(1) PLD – Preço de Liquidação de Diferenças e MRE – Mecanismo de Realocação de Energia.

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2024	2023
Outras receitas e (despesas) gerais e administrativas		
Custos de operação		
Pessoal	(1.643)	(1.643)
Administradores	(27)	(27)
Serviços de terceiros (nota 5.1)	(5.525)	(6.915)
Depreciação e amortização	(7.550)	(798)
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽¹⁾	(1.071)	157
Total	(14.146)	(17.847)
Outras receitas e (despesas) gerais e administrativas		
Custos de operação		
Pessoal	(17)	(2.434)
Administradores	(93)	(93)
Serviços de terceiros (nota 5.1)	(4.203)	(5.615)
Depreciação e amortização	(9.857)	(60)
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽¹⁾	(3.818)	(4.360)
Total	(17.895)	(4.524)

(1) Refere-se a seguros, materiais, viagens a serviço, arrendamentos entre outros.

5.1 Serviços de terceiros

	2024	2023
Serviços técnicos e manutenções	(4.194)	(3.906)
Serviços gerais - Pessoa Jurídica	(1.112)	(2.442)
Tecnologia da informação	(30)	(15)
Serviços jurídicos	(38)	(58)
Consultoria e auditoria	(157)	(339)
Comunicação	(60)	(69)
Uso da marca	(813)	(843)
Vigilância	(386)	(396)
Outros serviços	(184)	(121)
Subtotal	(7.274)	(5.989)
Crédito PIS e COFINS	359	374
Total	(6.915)	(5.615)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	3.611	3.914
(-) Tributos sobre receita financeira	(168)	(182)
Outras receitas financeiras	2	-
Despesas financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida ⁽¹⁾	-	(115)
Atualização de provisões para processos judiciais e provisões ambientais ⁽²⁾	(372)	5
Taxas	(3.024)	(1.709)
Outras despesas financeiras	(197)	(130)
Total	(3.594)	(1.949)

Outros resultados financeiros, líquidos
Outras variações monetárias, líquidas

	2024	2023
	(156)	(1.035)
Total	(156)	(1.035)

Resultado financeiro líquido
(1) A dívida da Companhia foi liquidada em 31/05/2023.
(2) Em 31 de dezembro de 2024 inclui o saldo de (R\$ 263) de atualização de provisões ambientais e (R\$ 109) de atualização de processos judiciais. Em 31 de dezembro de 2023, inclui o montante de R\$ 5 referente a reversão de atualização de processos judiciais.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro corrente e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	83.544	82.689
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(28.254)	(28.114)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	6.396	6.959
Resultado de participações societárias	4.147	-
Outras adições	(52)	2.926
Tributos sobre o lucro	(18.053)	(18.194)
Alíquota efetiva	21,50%	22,00%
Corrente	(15.759)	(15.659)
Diferido	(2.294)	(2.535)

7.1.2 Tributos sobre o lucro diferidos: O reconhecimento do tributo diferido é com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2024	2023
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais	369	344
Arrendamentos capitalizados	63	(1)
Depreciação acelerada	(16.393)	(13.684)
Risco Hidrológico (GSF)	(3.840)	(4.090)
Outros	120	44
Total	(19.681)	(17.387)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2023	Passivo	(17.387)
Efeitos reconhecidos no resultado	(2.294)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(19.681)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(14.852)	
Efeitos reconhecidos no resultado	(2.535)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(17.387)	

7.1.3 Tributos correntes ativos e passivos

	2024	2023
IRPJ	8.201	8.321
CSLL	2.741	2.637
Passivo	10.942	10.958

7.1.4 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de reconhecimento de tributos futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. b) Estimativas e julgamentos críticos: É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenário macroeconômico, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **7.2 Outros tributos:** **7.2.1 Outros tributos e encargos setoriais a recolher:**

	2024	2023
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	108	-
Programa de integração social - PIS	143	140
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	664	649
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.528	1.661
Outros	164	136
Total	2.607	2.586
Outros tributos a recolher	2.207	2.200
Despesa e Desenvolvimento - P&D	398	-
Encargos setoriais	2.605	2.200
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	5.212	4.786
Circulante	3.758	2.691
Não circulante	1.454	2.095

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	325	396
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	3.264	-
Fundos de Investimento	13.934	41.376
Total	17.523	41.772

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 é de 99,90% (100,49% em 31 de dezembro de 2023) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	2024	2023
Carteira		
Fundos exclusivos		
Operações comprometidas	13.934	41.376
Total	13.934	41.376

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2024	2023
Fornecimento de energia	10.115	12.799
Comercialização de energia na CCEE	88	-
Total	10.203	12.799

A Companhia não possui saldos vencidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. **9.1 Política contábil e julgamentos críticos:** a) Política contábil: O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 18.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional. b) Estimativas e julgamentos críticos: A Companhia não possui histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperas não é relevante para essa classe de recebíveis considerando inclusive que os contratos atuais da Companhia são 100% com partes relacionadas. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

10. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui participação acionária de 25% na investida Energética Corumbá III S.A., cuja movimentação é apresentada como segue:

	Investimento	Ágio	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	51.449	9.428	60.877
Equivalência patrimonial ⁽¹⁾	12.198	-	12.198
Amortização de ágio	-	(300)	(300)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(10.038)	-	(10.038)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	53.609	9.128	62.737
Saldo em 31 de dezembro de 2022	50.100	9.728	59.828
Equivalência patrimonial ⁽¹⁾	11.575	-	11.575



15.2 Provisões ambientais: As provisões ambientais referem-se: (i) Licença Operacional: A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Goiás, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela lei estadual nº 8.544/1978, regulamentada pelo decreto 1.745/1979, concedeu em 22 de julho de 2020 a Licença de Funcionamento ao CONSORCIO EMPREENDEDOR CORUMBA III, visando definir a compensação adicional de impactos socioambientais decorrentes da implantação do empreendimento. Os saldos referem-se a investimentos a serem realizados pelo Consórcio decorrente de condicionantes estipuladas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente para a obtenção da licença de operação. Dessa forma, a provisão está elaborada com base na melhor estimativa da Administração para os desembolsos futuros de caixa esperado para o cumprimento dos investimentos a serem realizados ao longo da validade da licença. (ii) Termo de Ajustamento de Conduta (TAC): Foi assinado o Termo de Ajustamento de Conduta com a Promotoria de Justiça de Luziânia a Secretaria Estadual do Meio Ambiente de Goiás e a cidade de Luziânia para o qual já temos 2 termos aditivos assinados. O Termo de Ajustamento de Conduta determina uma série de compromissos que devem ser cumpridos por CONSORCIO EMPREENDEDOR CORUMBA III, entre eles a aquisição de terras, principal compromisso que remanesceu e que, portanto, será objeto do 3º termo aditivo, ainda em negociação. Todos os gastos relativos à realização das atividades relacionadas ao TAC são alocados a despesas de meio ambiente (despesas de geração). As provisões ambientais constituídas estão compostas como segue:

Provisões Ambientais	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.690
Pagamentos/Indenizações Atualização	(939)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.067
Ajuste ao valor presente (i)	8.246
Pagamentos/Indenizações Atualização	(3.553)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.690

(i) Em 2023, visando cumprir as condicionantes da Licença de Operação e do Termo de Ajustamento de Conduta do Consórcio Empreendedor Corumbá, foi constituída nova provisão para gastos ambientais no montante de R\$ 9.702 (R\$ 5.578 da Licença de Operação e R\$ 4.124 do Termo de Ajustamento de Conduta). Este fato culminou num ajuste a valor presente de R\$ 1.457 (R\$ 1.222 da Licença de Operação e de R\$ 235 do Termo de Ajustamento de Conduta). **15.3 Política contábil e julgamentos críticos:** a) Política contábil: As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. (i) Provisão para litígios e passivos contingentes: O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional ou imobilizado/intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. (ii) Provisão ambiental: As provisões ambientais são decorrentes do valor presente dos fluxos estimados para o cumprimento das obrigações relacionadas e seu reconhecimento inicial é em contrapartida ao Imobilizado na fase de construção do empreendimento, e as condicionantes ambientais subsequentes derivadas da renovação das licenças são reconhecidos em contrapartida ao ativo intangível, como concessões. O efeito do valor do dinheiro no tempo é reconhecido no resultado do exercício, como resultado financeiro. O prazo previsto para realização desta provisão é o término das licenças ambientais. b) Estimativas e julgamentos críticos: (i) Provisão para litígios e passivos contingentes: Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. (ii) Provisão ambiental: É necessário julgamento para determinar as principais premissas críticas utilizadas na mensuração das obrigações ambientais, tais como: (i) os métodos e soluções de engenharia ambiental, (ii) níveis de segurança, (iii) avanços nos estudos de geologia e novas informações hidrologias, e (iv) atualização na taxa de desconto. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor do passivo reconhecido. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados, que levam em consideração o custo base de restauração e desmobilização das áreas exploradas. O valor da obrigação é descontado ao valor presente utilizando uma taxa real antes dos impostos que reflète a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo e é liquidado pelo desembolso de caixa referente ao cumprimento das condicionantes ambientais.

16. PATRIMÔNIO LIQUIDO

16.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2024, o capital social é de R\$ 178.475 (R\$ 175.075 em 31 de dezembro de 2023), correspondente a 178.474.501 (175.074.501 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias escrituradas, totalmente integralizadas e sem valor nominal. Em 30 de setembro de 2024, foi integralizado o montante de 3.400, totalizando o capital social devidamente integralizado em R\$ 178.475.

	Acionistas		
	ON	ON %	R\$
Neoenergia S.A.	178.475	100%	178.475
Total de ações	178.475	100%	178.475

16.2 Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio ("JCP"), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Geração CIII S/A foi calculada da seguinte forma:

	2024	2023
	Lucro líquido do exercício	65.901
Reserva legal	(3.295)	(3.225)
Lucro líquido a distribuir	62.606	61.270
Remuneração		
Mínima obrigatória ⁽ⁱ⁾	15.652	15.317
Remuneração adicional	46.955	45.953
Total	62.606	61.270
Natureza da remuneração		
Dividendos	43.798	40.801
JCP	18.808	20.469
Total	62.606	61.270
Remuneração total por ação	0,35	0,34

(i) Para fins de mínimo obrigatório é considerado o valor do JCP líquido do IRRF. Os valores pagos aos acionistas da Geração CIII S/A, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2024			
AGOE de 30 de abril de 2024	Dividendos adicionais 2023	40.801	0,2330487
	Reserva especial de dividendos não distribuídos	36.182	0,2066657
AGOE de 30 de abril de 2024	Juros sobre capital próprio 2024	9.639	0,0550564
RCA de 28 de junho de 2024	Juros sobre capital próprio 2024	9.169	0,0523718
	Total	95.791	
2023			
AGOE de 28 de abril de 2023	Juros sobre capital próprio 2023	20.469	0,1169156
	Total	20.469	

A remuneração a pagar aos acionistas está apresenta como segue:

	2024	2023
Saldos iniciais	8.263	15.240
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Dividendos declarados	76.983	15.172
Juros sobre o capital próprio declarados	18.808	18.206
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(2.821)	(3.070)
Dividendos pagos no exercício	(77.452)	(28.789)
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	(15.977)	(8.496)
Saldos finais	7.794	8.263

16.3 Reserva de Lucros: 16.3.1 Reserva Legal: A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. **16.3.2 Reserva de retenção de lucros:** Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, parte do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. **16.3.3 Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da Companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976. **16.4 Política Contábil:** O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia. As principais transações comerciais com as subsidiárias da Neoenergia reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de transmissão de energia; (iii) prestação serviços de operação e manutenção; (iv) contratos de serviços administrativos; (v) compartilhamento de mão de obra; (vi) Dividendos e JCP a pagar. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo: **17.1 Saldo em aberto com partes relacionadas**

	2024			2023		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total
Ativo						
Contas a receber e outros (a)	10.115	-	10.115	12.799	-	12.799
Dividendos a receber (b)	2.873	-	2.873	2.756	-	2.756
	12.988	-	12.988	15.555	-	15.555
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar (c) / (d) / (e)	2.031	813	2.844	1.220	843	2.063
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (f)	-	7.794	7.794	-	8.263	8.263
Outros Passivos	98	-	98	74	-	74
	2.129	8.607	10.736	1.294	9.106	10.400

17.2 Transações com partes relacionadas

	2024			2023		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total
Resultado do exercício						
Receita operacional líquida (a) / (c)	115.966	-	115.966	119.803	-	119.803
Custos dos serviços (c) / (e)	(14.673)	-	(14.673)	(14.402)	-	(14.402)
Despesas gerais e administrativas (d)	(914)	(813)	(1.727)	(1.013)	(843)	(1.856)
	100.379	(813)	99.566	104.388	(843)	103.545

17.3 Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas nos itens 17.1 e 17.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção/remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / Passivo	Resultado do exercício
a)	Neoenergia Brasília	Contrato de venda de energia elétrica	IGPM	35 anos	2037	10.115	115.254
b)	Energética Corumbá III	Dividendos a receber	N/A	N/A	2025	2.873	-
c)	NC Energia	Contrato de compra e venda de energia elétrica	N/A	1 ano	2024	(1.640)	(9.127)
d)	Iberdrola Energia S.A.	Contrato de uso de marca	% da ROL ajustada	9 anos	2031	(813)	(813)
e)	Neoenergia O&M	Contrato de prestação de serviço	IPCA	5 anos	2028	(352)	(4.355)
f)	Neoenergia S.A.	Dividendos e JSCP a pagar	N/A	1 ano	2024	(7.794)	-

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Geração CIII S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras Geração CIII S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Geração CIII S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstra-**

ções financeiras: A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas

17.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave): 18. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve remuneração dos administradores da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

18. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2024		2023	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	325	17.198	912	40.860
Contas a receber de clientes e outros	10.203	-	12.799	-
	10.528	17.198	13.711	40.860
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar	4.611	-	4.701	-
Passivo de arrendamento	407	-	55	-
Uso do bem público	16.972	-	16.627	-
Outros passivos financeiros	733	-	705	-
	22.723	-	22.088	-

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

18.2 Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 18.6, (análise de sensibilidade). **18.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo, está demonstrado como segue:

	2024		2023	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	17.198	17.198	40.860	40.860
	17.198	17.198	40.860	40.860

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

18.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"): Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **18.5 Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **18.6 Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objeto de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2024. - **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2024. - **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. - **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Inde-xador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	12,15%	17.198	2.050	(307)	(615)

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de janeiro de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária ratificou a aprovação da incorporação da Geração CIII S.A. pela Neoenergia Renováveis S.A., após obtenção da anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 21 de janeiro de 2025, empreendida pela Administração do Grupo Neoenergia com o objetivo de promover a simplificação da estrutura, aprimoramento na governança e otimização dos fluxos de caixa.

intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2025.

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC n° 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Gabriela Rocha Werberich Contadora CRC n° 1 RS 079489/O-4

